



FAZER POLÍTICA E PRÁTICA DE DOCUMENTAÇÃO

MAKE POLICY AND DOCUMENTATION PRACTICE

HACER POLITICA Y PRÁCTICAS DE DOCUMENTACIÓN

Danilo César Souza Pinto

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8771-4708>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Bruna Potech

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4162-2757>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Brasil

Lecy Sartori

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5304-3448>

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11750

Resumo: Apresentamos as reflexões elaboradas por pesquisadores sobre os modos de fazer política por meio da produção de documentos. O ponto de partida, para a reunião dos artigos que compõem o dossiê, foi a problematização das diferentes formas de ação política que em seus efeitos subvertem ou elaboram direitos no processo de fabricação de artefatos documentais. As análises, realizadas a partir de dados etnográficos sobre as práticas documentais, destacam o contexto de ações políticas que elaboram e modificam direitos. Os resultados dos estudos apontam para o modo como os documentos, muitas vezes acionados como recursos metodológicos em situações de restrições sanitárias, são considerados objetos produzidos por ações políticas e com a agência de fazer política e atos de resistência.

Palavras-chave: Política. Documento. Etnografia. Práticas de Documentação

Abstract: We present reflections elaborated by researchers on ways of doing politics through the production of documents. The starting point for gathering the articles that make up the dossier was the problematization of the different forms of political action that in their effects subvert or elaborate rights in the process of manufacturing documentary artifacts. The analyses, based on ethnographic data on documental practices, highlight the context of political actions that elaborate and modify rights. The results of the studies point to the way in which documents, often used as methodological resources in situations of sanitary restrictions, are considered objects produced by political actions and with the agency of making politics and acts of resistance.

Keywords: Policy. Document. Ethnography. Documentation Practices

Resumen: Nosotros presentamos las reflexiones elaboradas por investigadores sobre las formas de hacer política a través de la producción de documentos. El punto de partida para la recopilación de los artículos que componen el dossier fue la problematización de las distintas formas de acción política que en sus efectos subvierten o elaboran derechos en el proceso de fabricación de artefactos documentales. Los análisis, basados en datos etnográficos sobre prácticas documentales, destacan el contexto de acciones políticas que elaboran y modifican derechos. Los resultados de los estudios apuntan para la forma en que los documentos, muchas veces utilizados como recursos metodológicos en situaciones de restricciones sanitarias, son considerados objetos producidos por acciones políticas y con agencia de hacer política y actos de resistencia.

Palabras Clave: Política. Documento. Etnografía. Prácticas de documentación

Introdução

Este dossiê resulta do interesse em reunir pesquisadores e autores que vêm refletindo sobre os modos de fazer política de forma a viabilizar, apagar, garantir ou produzir novos direitos visualizados em artefatos que temos chamado de “documentos”. Desse modo, o dossiê procura reunir um conjunto de debates que perpassa diferentes áreas da Antropologia, como a Antropologia da Política, do Estado, da Burocracia e do Direito. Nesses campos de análise é possível observar o modo como as ações políticas e os direitos são feitos e refeitos por meio de artefatos documentais. Consideramos que a produção de documentos, ainda que em direto diálogo com antropólogos interessados principalmente em pesquisas em arquivos ou etnografias de documentos, perpassa questões de pesquisadores em outras áreas, lidando com burocracias, setores estatais de formulação de políticas públicas, grupos de contestação e produção de direitos.

A organização do dossiê foi pensada em meio às discussões do grupo de trabalho “Fazer política, produzir resistências e futuros possíveis em etnografias de

práticas de documentação” que coordenamos na VII Reunião Equatorial de Antropologia - REA: Migrações, Deslocamentos e Diásporas: Violação de Direitos, em abril de 2022. A proposta do grupo de trabalho era produzir uma resposta a nossas preocupações frente a dois pivôs contextuais: a pandemia de covid-19¹ e o governo de Jair Bolsonaro, que naquele momento já sinalizava a forte campanha a ser traçada nos meses seguintes, que culminou na tentativa fracassada de reeleição para a presidência da República, no final de outubro de 2022.

A partir do contexto da pandemia de covid-19 e do governo de Jair Bolsonaro, procurávamos refletir e destacar o modo como a agenda política do Governo Federal atravessava, modificava e elaborava documentos e direitos. Como observamos nas ações governamentais de saúde pública frente à pandemia, as medidas de restrição sanitárias para minimizar os impactos da disseminação do coronavírus ou a campanha tardia e demorada de vacinação nacional. Ou seja, esperávamos observar como o contexto político conservador, religioso e autoritário do governo aparecia nesses artefatos documentais e expor os efeitos de sua agenda política em práticas e artefatos documentais produzidos por setores do Estado, por movimentos sociais ou instituições em diálogo com esses mesmos interlocutores. Outra possibilidade foi a utilização de documentos como artefatos de campo. Isso parecia uma saída promissora para dar início a novas pesquisas e continuidade naquelas em andamento quando as medidas de restrições sanitárias foram decretadas.

Em tempo, o que estamos nomeando como "documentos" tem caráter tanto metodológico quanto de objeto. Metodológico porque é um recurso para etnografias em espaços de acesso restrito ou demasiadamente burocráticos, indisponíveis aos modos tradicionais de produção de pesquisa etnográfica (PINTO, 2017; CASTRO; CUNHA, 2005; TEIXEIRA; CRUVINEL; FERNANDES, 2016). Concomitantemente, documentos são objetos políticos, produzidos por ações políticas e que fazem política. São artefatos como leis, decretos, projetos de lei, comunicados de movimentos sociais e, mais especificamente, nos referimos ao Relatório de Estudo Ambiental da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e aos documentos que compõem o

¹ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença infecciosa provocada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na época, esse novo coronavírus já tinha sido detectado em 114 países. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi em 26 de fevereiro de 2020 (Silva et al., 2020).

processo de denúncias sobre trabalho escravo em municípios do Rio Negro. Portanto, as pesquisas e os textos destacados neste dossiê - que englobam instituições, setores estatais e coletivos e movimentos sociais - propõem pensar as práticas de documentação enquanto recurso metodológico e artefatos que podem dar “sentido e direção à ação política” (Latour, 2020).

A proposta de “fazer política e práticas de documentação” convida os leitores a analisarem tais artefatos (documentos) em suas pesquisas enquanto modos de fazer política (POTECHI, 2018; SARTORI, 2019) e a questionarem a aparente neutralidade de documentos, principalmente os de Estado, como já denunciado por outros autores (RILES, 2014; VIANNA, 2014; CASTRO E MONNERAT, 2019; FERREIRA, 2018; MANTOVANELLI, 2016; MUNHOZ, 2022).

Desse modo, esperamos condensar as discussões sobre “etnografias de documentos” que já vêm ganhando cada vez mais espaço na Antropologia (CASTRO; CUNHA, 2005; RILES, 2006; HULL, 2012). Enquanto grande parte da primeira leva das produções voltadas para “etnografias de documentos” esteve focada em justificar seus usos e explorar formas de fazê-lo, cada vez mais surgem pesquisas que exploram os efeitos dessa opção metodológica (LOWENKRON E FERREIRA, 2020).

Olhando para o contexto do bolsonarismo, nosso interesse ao propor o grupo de trabalho foi pensar, através de “etnografias de documentos”, como políticas, burocracias e direitos têm sido feitos e, o que talvez seja mais importante ou tenha ganhado mais destaque nos últimos anos, como políticas, burocracias e direitos têm sido subvertidos e/ou desfeitos. Do nosso ponto de vista, a etnografia de documentos permite-nos, enquanto etnógrafos, observar não apenas como políticas, direitos e sujeitos são formulados, mas também como políticas, estratégias, moralidades, sujeitos atuam, fabricam e interpretam documentos.

Olhar então para o que chamamos de “fazer política, produzir resistências” e “futuros possíveis” (Haraway, 2016) é não apenas observar documentos sendo feitos, mas o modo como eles são feitos e quais são os possíveis efeitos na sua “cadeia de formulação” ou seu “processo de produção”. Afinal, desfazer direitos não é apenas rasurar documentos, mas produzir novos documentos que permitem

observar como processos positivos de fabricação de artefatos retiram direitos desfazendo garantias.

Importante situar que os artigos foram elaborados em 2022 no contexto do último ano do mandato de Jair Bolsonaro, marcado por repetidos cortes orçamentários na Ciência e Educação, por ataques frequentes às populações em situações de vulnerabilidade e no momento em que a pandemia continuava a se alastrar sem nenhuma medida ou tentativa eficaz de controle por parte do governo federal. Importante ressaltar que, nesse contexto, nosso Grupo de Trabalho foi organizado de forma remota e pôde reunir pesquisadores que não dispunham de recursos financeiros para participações presenciais.

Dossiê: “Fazer Políticas e Práticas de Documentação”

Os artigos submetidos a este dossiê devem ser lidos considerando o contexto em que direitos eram subvertidos, feitos e desfeitos e que documentos apareciam como forma de registrar e acompanhar essas ações em nossas pesquisas. Compõem este dossiê quatro artigos e uma tradução com atualização dos dados feitos pelos próprios autores.

Iniciamos o dossiê com o artigo “Documentos feitos, garantias desfeitas? A trajetória de registros a partir de uma etnografia documental”, escrito por Letícia Sales e Lucía Elibaum. O artigo explora a incessante busca de novas normativas e resoluções que pudessem, por fim, garantir a mulheres mães privadas de liberdade o direito de converter suas penas em prisão domiciliar. As autoras exploram, no que chamam de “o percurso da lei”, a (peculiar) produção de “documentos” como leis, projetos de lei, alterações de lei, recomendações e relatório de voto a fim de percorrer as produções normativas sobre o caso das mães privadas de liberdade. Elas combinam uma abordagem da tradição jurídica e burocrática no Brasil - explorada via etnografia - desse percurso de produção de normativas, que também são analisadas como documentos (ainda que não somente). As autoras exploram como normativas são feitas e refeitas sem necessariamente garantir sua aplicabilidade. Isso desencadeou uma sequência de normativas e debates, vistos em relatórios, que se por um lado poderiam ser lidos como formas de pressão para

a garantia de direitos, acabaram produzindo um efeito contrário, de enfraquecimento dessas normativas controversas. Ou seja, o emaranhado que esse percurso que não é linear, nem coeso, muito menos harmônico (reforçando a crítica ao ordenamento jurídico de Norberto Bobbio (1997) que não admitiria normas controversas), acaba por tornar cada vez mais difícil o acesso aos direitos tantas e tantas vezes garantidos em normativas anteriores.

O artigo de Elieyd Sousa de Menezes, “Uma análise sobre as violações dos direitos humanos em Barcelos - AM a partir de uma etnografia de documentos”, apresenta o modo como os direitos dos piaçabeiros (pessoas que trabalham com a extração da palmeira piaçaba) são efetivados por meio de uma cadeia de ativação de órgãos e agentes do Estado. As denúncias de práticas trabalhistas em condições degradantes e sistema de endividamento (ou *truck system*, o mesmo que regime de servidão por meio de dívidas) já estavam presentes antes de sua pesquisa de campo em Barcelos, realizada em 2017. Segundo a análise genealógica dos documentos que compõem o inquérito civil que investiga e produz a denúncia, Menezes contextualiza e situa o conflito judicial expondo as vozes e os pontos de vista tanto dos agentes sociais como dos agentes públicos estatais. Sua descrição revela os trâmites da sentença, pedidos de acusação, determinações judiciais e manifestações que prescrevem sentenças e afirmam as possibilidades de luta contra o trabalho escravo performado pelo regime de aviamento.

No artigo “Documentos e produção de sentidos: reflexões sobre um estudo ambiental”, Paula Stolerma Araújo apresenta o modo como os direitos podem ser subvertidos por meio de documentos na Reserva Extrativista (RESEX) Jaci-Paraná, em Rondônia. A partir dos dados de sua pesquisa de campo, Araújo tece uma análise sobre as ações de agroestratégia que em seus objetivos buscam garantir direitos de compensação e dar legibilidade às práticas ilegais na RESEX Jaci-Paraná. As agroestratégias orientam e compõem políticas que liberam a exploração de territórios para o cultivo ou criação de rebanhos. A autora mostra que ao dar legibilidade às práticas ilegais, os documentos encomendados transformam determinadas práticas em situações legais. Desse modo, as práticas não são apenas visíveis ao Estado, mas são transformadas em documentos que as tornam oficiais e legais. A pesquisa de Araújo evidencia como as ações que fazem

documentos são políticas. Além de expor o modo como determinados artefatos, que temos chamado de documentos, tem uma condição de oficializar seu conteúdo – mesmo que não seja um produto do Estado. Mas aqui passa a ser reconhecido por ele.

O texto de Júnia Marússia Trigueiro de Lima, “Ação política e eficácia dos comunicados zapatistas para a resistência indígena mexicana”, tem como foco principal o papel desempenhado pelos comunicados zapatistas. O artigo explora esses documentos através de uma breve discussão sobre os estilos e formas narrativas contidos nos comunicados. De forma mais ampla ela analisa o que contribui para a eficácia dos discursos zapatistas, trazendo ao leitor diferentes elementos que demonstram como os discursos são construídos e como eles divergem uns dos outros.

O último artigo é uma tradução modificada e com dados atualizados intitulada “Arquivo e Memória Negra: a documentação do movimento negro no arquivo Edgar Leuenroth/CEBRAP-AFRO”. É um trabalho importante pois, além de narrar a formação de um arquivo antirracista com centralidade na memória do movimento negro, coloca-se como uma oportunidade de reflexão sobre como documentos podem ser agenciados para trabalharem numa lógica de preservação e promoção de pontos de vista que são geralmente englobados e apagados na formação de uma história estatal oficial. Os usos possíveis desses arquivos para uma construção de uma outra história do Brasil em sua relação com a mobilização da população negra se destaca como um potencial a ser explorado.

A partir dos diferentes artigos que compõem este dossiê, observamos o modo como os diversos artefatos documentais, por um lado, são visíveis e oficializados frente ao Estado, como uma forma de resistência no caso zapatista. Por outro lado, são omitidos enquanto atos de instâncias estatais, como é o caso do texto de Letícia e Lúcia. Parece não bastar ser documento, ser oficial, para garantir sua efetividade, principalmente quando falamos na garantia de direitos. E talvez mais ainda quando falamos de direitos de sujeitos que são diluídos frente a outros sujeitos, outros interesses, outros direitos, outros documentos (POTECHI, 2014).

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. (tradução de Maria Celeste C. J. Santos). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2005. Quando o campo é um arquivo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.36, p.3-5, jul.-dez.

CASTRO, Celso; MONNERAT, Silvia «Por uma etnografia dos dados: a propósito de uma investigação sobre o perfil social dos militares brasileiros», **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online], 91 | 2019, posto online no dia 04 setembro 2019, consultado o 25 maio 2021. URL: [<http://journals.openedition.org/spp/6292>]

FERREIRA, Luciana da Silva Sales. 2018. **Etnografia de documentos e de práticas estatais: análise da atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro/MG**. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. P. 199.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. (Org.). **Etnografia de documentos Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1. ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2020. v. 1. 218p.]

HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, 41, p. 251–267, 2012.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** - Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 160p.

MANTOVANELLI, Thais. 2016. **Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: uma crítica indígena à política dos brancos. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. P.258.

MUNHOZ, Sara Regina. 2022. **A paixão do acesso**: uma etnografia das ferramentas digitais e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos. 368f.

PINTO, Danilo César. De papel a documento: uma reflexão antropológica sobre os procedimentos notariais. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 41, 2 nov. 2017. URL: [<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41839>].

POTECHI, Bruna. O Estatuto do Nascituro: quando os documentos legislativos constroem pessoas. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, 22(22), 315-325, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v22i22p315-325>

POTECHI, Bruna. **Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro**. (Tese de Doutorado). PPGAS-UFSCar, São Carlos, 2018.

RILES, Annelise. **Documents: artifacts of modern knowledge**. University of Michigan Press, 2006.

_____. **Managing Regulatory Arbitrage: A Conflict of Laws Approach**, 47 *Cornell International Law Journal* 63, 2014.

SARTORI, Lecy. Antropologia da política e “cultura de auditoria”: etnografia da política de financiamento em saúde mental. **Sociedade e Cultura**, v. 22, p. 196-217, 2019. URL: [<https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.47646>]

SILVA, Lara Livia Santos et al., Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 36 (9), p. 1-15, set. 2020. Disponível em: <csp_1850_20_pt.indd (fiocruz.br)>. Acesso em 20 de dez. 2022.

TEIXEIRA, Carla; Cruvinel, Lucas; Fernandes, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no congresso brasileiro (working paper). **Série Antropologia** 457, pp. 1-37, 2016.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Sergio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima, Carla Costa Teixeira (Orgs). Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj. 2014.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Danilo César Souza Pinto

Antropólogo. Graduado (2004) em Ciências Sociais e mestrado (2007) em Ciências Sociais (com ênfase em Antropologia Social) pela Universidade Federal de São Carlos. Doutor (2013) em Antropologia Social pela mesma instituição, com a tese "Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado". Estágio de pós-doutorado junto ao Departamento de Antropologia (DAN/UNICAMP, 2021) em pesquisa sobre ações afirmativas para indígenas no Ensino Superior. Investigador Visitante Júnior (2010-2011) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professor e pesquisador com experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia do Estado, sociedades indígenas e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: burocracia, política, educação e diversidade étnico-racial, educação indígena e sociedade brasileira. Atualmente é Professor Titular de Antropologia Social na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB) e membro do grupo de pesquisa "Grupo de Estudos em Temática Indígena e Interculturalidade (GETII)". Correio eletrônico: danilosouzap@uesb.edu.br

Bruna Potechi

Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É doutora (2018) e mestra (2013) em Antropologia pela mesma universidade. Foi Visiting PhD-Student na The University of Edinburgh, na Escócia, Reino Unido (2015-2016) sob supervisão da Professora Janet Carsten. É pesquisadora visitante do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (2017-2018). Atua principalmente nas áreas de Antropologia do Estado e da burocracia com especial interesse em leis e etnografias de documentos. Correio eletrônico: brunapotech@gmail.com

Lecy Sartori

Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2006). Possui o mestrado (2010) e o doutorado (2015) em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou o pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde, no Departamento de Políticas Públicas e Saúde coletiva da UNIFESP (Baixada Santista). Pesquisadora do grupo de Hybris e do Laboratório Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais e Saúde (LICHSS). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em antropologia da política, do Estado e da saúde. Atua, principalmente, nos seguintes temas: política pública, reforma psiquiátrica, tecnologia de cuidado, micropolítica, práticas de documentação e gestão estatal. Correio eletrônico: lecysartori@gmail.com

Recebido em: 26 de novembro de 2022
Aprovado em: 17 de dezembro de 2022
Publicado em: 27 de dezembro de 2022